

Versão Online ISBN 978-85-8015-093-3  
Cadernos PDE

VOLUME I

OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE  
NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE  
Artigos

2016

# O TRABALHO COLETIVO COMO FORMA DE COMBATE À EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Eliane Ribeiro Miura<sup>1</sup>  
Marta Lúcia Croce<sup>2</sup>

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi Investigar as causas da evasão escolar no Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos (CEEBJA) da cidade de Mandaguaçu, Estado do Paraná, a fim de obter subsídios para a elaboração de uma proposta de trabalho coletivo, que possa eliminar esta condição de abandono dos estudos. Realizamos uma pesquisa teórico-prática utilizando autores que debatem a questão da evasão escolar na educação de jovens e adultos, com levantamento de dados junto a professores e alunos por meio de entrevistas, assim como em encontros com os alunos e com profissionais da escola, no formato de grupo de estudos. Os resultados apontaram que, mesmo sendo um direito à educação (acesso e permanência) garantido em legislação, muitos alunos ainda não conseguem permanecer na escola e concluir seus estudos. Constatamos que a maior parte dos alunos abandonam seus estudos por fatores sociais, entretanto os profissionais da escola se sensibilizaram com o alto índice de evasão e um plano de intervenção foi elaborado. Esse plano conta com ações que serão implementadas durante todo o ano letivo de 2018, e fará parte do Projeto Político Pedagógico (PPP) do CEEBJA Mandaguaçu.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos; Evasão Escolar; Trabalho Coletivo.

---

<sup>1</sup> Professora PDE, Pedagoga do CEEBJA – Ensino Fundamental e Médio do município de Mandaguaçu – Estado do Paraná.

<sup>2</sup> Professora Doutora do DFE/UEM. Área de Gestão Educacional. Orientadora PDE.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo corresponde à última atividade a ser apresentada pela Professora PDE durante sua participação no Programa de Desenvolvimento Educacional, oferecido pela Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná nos anos de 2016 e 2017. Essa atividade tem o intuito de apresentar os estudos realizados sobre o tema Evasão Escolar na Educação de Jovens e Adultos com a intenção de diminuir o índice dessa problemática no CEEBJA Mandaguaçu.

Apesar do direito à educação ser garantido por lei, o acesso e permanência de crianças e adolescentes na escola está longe de estar acontecendo de maneira satisfatória. E isso não é um problema isolado que atinge algumas escolas, e sim um problema nacional presente nos debates sobre educação pública.

No CEEBJA Mandaguaçu a situação não é diferente e, como professora pedagoga dessa escola, esse fato nos preocupa. O tema escolhido foi motivado por notarmos que todo começo de ano letivo muitas matrículas são efetivadas, porém durante o ano o índice de evasão é alto. E sabemos que os alunos que procuram a EJA já foram excluídos da escola em algum momento de sua vida e essa modalidade de ensino é sua última chance deles concluírem a Educação Básica. E ainda, sabemos da importância da educação formal para o pleno desenvolvimento do indivíduo, e que, é na escola que essa educação acontece, então é imprescindível garantir o acesso e permanência desses jovens e adultos na escola, visto que eles procuram na modalidade EJA, recuperar o tempo perdido. Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Estaduais do Paraná para a EJA corroboram a nossa reflexão:

A escola é um dos espaços em que os educandos desenvolvem a capacidade de pensar, ler, interpretar e reinventar o seu mundo, por meio da atividade reflexiva. A ação da escola será de mediação entre o educando e os saberes, de forma que ele assimile conhecimentos como recursos de transformação de sua realidade. (SEED-PR, DCE-EJA, 2006, p. 29)

O reingresso dos alunos na EJA é ocasionado pela necessidade de novos conhecimentos exigidos pelas mudanças no mercado de trabalho. É nessa modalidade de ensino que jovens e adultos vêm procurar um crescimento pessoal.

As escolas de EJA recebem uma diversidade de alunos. Esses alunos possuem características e necessidades próprias. A escola tem que compreender essas especificidades e considerá-las no momento da efetivação de seu trabalho, que deve ser de oferecer um ensino significativo aos alunos. Quando o aluno não vê significado nas aulas, os fatores sociais de sua vida se sobrepõem aos estudos.

Mesmo a evasão dos alunos da EJA sendo motivada por fatores externos à escola, esta não pode ficar indiferente a essa situação. Nós, educadores, temos que assumir nossa responsabilidade diante dessa realidade.

Preocupada com o alto índice de evasão do CEEBJA Mandaguauçu procuramos investigar essa problemática a fim de obter subsídios para diminuir seu índice. Com essa intenção, em um primeiro momento foram realizadas entrevistas com alunos evadidos e/ou infrequentes dos anos de 2015 e 2016, assim elaboramos um Projeto de Intervenção Pedagógica. Em um outro momento foi construída uma Unidade Didática, nessa produção tivemos o objetivo de elaborar atividades para serem implementadas com os alunos com o propósito de conhecer os anseios dos mesmos em relação à escola e estudos sobre evasão escolar na EJA, gestão democrática e trabalho coletivo com os profissionais do CEEBJA Mandaguauçu com o objetivo de construirmos juntos ações coletivas de combate à evasão nessa Instituição Escolar.

## **MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Sabe-se que toda mudança no cenário econômico, social e político provoca mudanças também na esfera educacional. Nesse trabalho serão mencionadas algumas relações das leis e movimentos educacionais com o momento histórico, porém não é essa a intenção aqui, e sim, apresentar as bases legais que regeram e regem a Educação de Jovens e adultos no Brasil.

Na década de 1930 o Brasil passou por uma estruturação urbano-industrial que provocou grandes modificações no âmbito social, essa situação gerou novas exigências na educação. Nesse momento surge, com a industrialização, a necessidade de mão-de-obra qualificada fazendo com que políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) se efetivem. Assim a Constituição de 1934 em seu artigo 150 determina a criação de um Plano Nacional de Educação que estabelece pela primeira vez a educação de adultos como dever do Estado. Assim:

**Art 150:** Compete à União:

a) Fixar o plano nacional de educação, compreensivo de ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar sua execução, em todo o território do País: [...] **Parágrafo único** – O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, nºXIV, e 39, nº 8, letras a e e, só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas: **a)** ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos;[...] (BRASIL, 1934, grifo do autor).

Na década de 40, a EJA vai ganhando mais destaque, pois além de preparar a mão-de-obra para as indústrias, exigia-se que a educação diminuísse o analfabetismo para aumentar o número de eleitores, visto que nessa época esses não podiam votar.

É nessa década que surgiram várias políticas para a EJA com uma positiva influência da UNESCO:

A década de 40 foi marcada por algumas iniciativas políticas e pedagógicas que ampliaram a educação de jovens e adultos: a criação e a regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP); a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP); o surgimento das primeiras obras dedicadas ao ensino supletivo; o lançamento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), e outros. Este conjunto de iniciativas permitiu que a educação de adultos se firmasse como uma questão nacional. Ao mesmo tempo, os movimentos internacionais e organizações como a UNESCO, exerceram influência positiva, reconhecendo os trabalhos que vinham sendo realizados no Brasil e estimulando a criação de programas nacionais de educação de adultos analfabetos.(LOPES; SOUSA, p. 04)

Em 1947, o MEC toma a frente e realiza a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) com o intuito de ofertar de base a todos os brasileiros na áreas urbanas e rurais e também de atuar na capacitação profissional e no desenvolvimento comunitário.

Nos anos 50, acontece a Campanha de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), que por motivos financeiros é extinta em 1963, juntamente com CEAA.

Entre 1948 e 1961 houve muita discussão para a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB Nº 4024 de 1961, contexto que favoreceu um novo modelo pedagógico para a EJA.

Com o golpe militar em 1964, as campanhas de alfabetização passam a ter uma marca de conservadorismo. Numa visão geral predominou uma educação focada no combate ao analfabetismo, pois o alto índice de analfabetos dificultava o investimento de capital estrangeiro na economia brasileira.

Segundo orientações da UNESCO, em 1968, é criado o MOBRAL ( movimento brasileiro de alfabetização) que segundo FAVERO, 2004, p.25, “foi o maior movimento de alfabetização de jovens e adultos já realizados no país”. Porém, em relação à continuidade dos estudos para os alunos do MOBRAL, os resultados não foram satisfatórios.

Mesmo com todos esses movimentos em prol da EJA desde a Constituição de 34, em bases legais, essa educação só foi regulamentada com a Lei Nº 5692 de 1971. Essa lei tinha um capítulo todo destinado à Educação de Jovens e Adultos, diferenciando-a do ensino regular básico e secundário, tratava até da especificidade que deveria ter a formação de professores para atuarem nessa educação.

Em 1985 o MOBRAL é extinto e substituído pela Fundação Educar que foi extinta em 1990. Mas, nos anos 80, a população reivindicava por educação e escolas melhores levando a Constituição Federal de 1988 a estabelecer em seu artigo 205 que a educação era direito de todos e dever do Estado.

A Educação de Jovens e Adultos é, então, contemplada no artigo 208 desse mesmo documento:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009). [...] (BRASIL, 1988, p.01)

Apesar de nos anos 90 a EJA sofrer uma estagnação, posto que a Fundação Educar é extinta e a União transfere a responsabilidade dessa educação para os estados e municípios, ela ganha um destaque na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 de 1996. O termo 'ensino supletivo' é substituído por Educação de Jovens e Adultos, que passa a ser uma modalidade da Educação Básica. Em seu artigo 4º traz a oferta da EJA como um dever do Estado.

A seção V, Título V, cap II da LDB 9394/96 é destinada à Educação de Jovens e Adultos:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (BRASIL, 1996)

Em 2000, a Resolução CNE/CEB Nº 01/2000 e o Parecer CNE/CEB Nº 11/2000 estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos que definem as funções da EJA como reparadora, equalizadora e qualificadora.

O Plano Nacional de Educação de 2001, Lei Nº 10.172/2001, traz um capítulo inteiro voltado para EJA. Esse plano vigorou de 2001 a 2010. No ano de 2003 foi implantado o PBA (Plano Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos), em que recursos financeiros eram repassados para abertura ou manutenção de cursos

de alfabetização de jovens e adultos, priorizando os municípios com taxas de analfabetos superior que 35%.

Em julho de 2004, é criada uma secretaria dentro do MEC, a SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade), que trata da EJA nas novas estruturas de funcionamento da educação básica-FUNDEB. Para Arroyo (2005), com a criação dessa secretaria o Estado assume o dever de se responsabilizar publicamente pela EJA.

Em 2005 é criado o ProJovem vinculado à Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) com o objetivo de integrar aumento da escolaridade (conclusão do ensino fundamental) com a qualificação profissional e a ação comunitária, seu alvo era jovens de 18 a 24 anos.

Apesar de ter sido o programa de EJA com maior recurso financeiro, o ProJovem é criticado, porque em geral não possibilitou o acesso e permanência em cursos de qualidade.

Em 2009 o Brasil assina o Marco de Ação de Belém, ação da UNESCO para nortear a política pública da EJA. No ano de 2010 começam as discussões sobre o novo Plano Nacional de Educação, encerrando-se com a Lei Nº 13.005/2014, que legitima o Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024. Nesse Plano as metas 9 e 10 são para a EJA. Em 2015 tem-se o Plano Estadual da Educação do Estado do Paraná, Lei nº 18.492/2015, onde as metas 8,9 e 10 são destinadas à EJA.

No contexto descrito até aqui percebe-se muitas tentativas de caracterização da Educação de Jovens e Adultos, sem muito sucesso. A EJA é um espaço complexo e aberto a intervenções, o que marca sua trajetória com improviso, voluntariado e campanhas emergenciais. Esse ciclo precisa sofrer uma ruptura, a EJA não deve ser vista como uma forma de jovens e adultos aligeirarem seus estudos e, menos ainda, como uma política assistencialista. Essa modalidade de ensino deve ser vista como um direito daqueles que em alguma época de sua vida teve esse direito à educação negado.

## **EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Esses jovens e adultos que retornam para a escola, nessa modalidade de ensino, são cidadãos cheios de conhecimentos e experiências. É preciso que eles



encontrem na escola algum significado e para isso os professores devem valorizar esses saberes trazidos pelos alunos e tomá-los como ponto de partida de sua prática educativa. Nesse sentido, Arroyo (2005) alerta:

Partir dos saberes, conhecimentos, interrogações e significados que aprenderam em suas trajetórias de vida será um ponto de partida para uma pedagogia que se pautar pelo diálogo entre os saberes escolares e os saberes sociais. Esse diálogo exigirá um trato sistemático desses saberes, conhecimentos, significados e a cultura acumulados pela sociedade. (ARROYO, 2005, p. 35).

Além desses saberes cotidianos, os alunos da EJA chegam à escola com vergonha, com preconceitos com eles mesmos, com a autoestima comprometida e, principalmente, cansados depois de uma exaustiva jornada de trabalho. Todos esses fatores podem contribuir para que o aluno abandone os estudos.

A evasão escolar desses alunos pode ser traduzida como falta de interesse e determinação e também sua falta de vontade de se esforçar, visto que, a aprendizagem exige esforço.

Sobre isso, Freire (1982) elucida que o ato de estudar necessita de persistência e atenção, o que por sua vez, remete a uma atividade mental que está presente não só na resolução de tarefas de aprendizagem, como também na maior parte das ações sociais.

A evasão escolar é uma problemática que está presente em muitas discussões acerca da educação. Há muitas divergências em relação às causas desse problema. Têm visões que atribuem à problemas sociais vividos pelos alunos (desinteresse, trabalho, gravidez, filhos, serviços domésticos, cônjuge, entre outros), ao sistema educacional, ao funcionamento das escolas e à metodologia dos professores.

Entretanto, mais do que achar culpados, é preciso que o coletivo da escola se una para tentar diminuir o índice de evasão escolar presente na EJA. Sobre a importância do trabalho coletivo, PARO (2008), relata que “[...] tem que se superar interesses particulares (sem deixá-los de levar em conta) em vistas a objetivos coletivos como melhor Educação e estabelecimento de relações democráticas na vida escolar. “

O trabalho coletivo na escola deve ter a participação de toda a comunidade escolar visando à aprendizagem do educando. Esse tipo de trabalho faz com que os

alunos percebam a escola como algo significativo em sua vida. Conforme PARANÁ (2007), um trabalho integrado na escola é importante para que o aluno leve esse pensamento para a sua vida cotidiana. Atualmente é preciso saber relacionar-se em equipe. Assim:

Várias iniciativas no sentido de se construir um trabalho coletivo consistente têm ocorrido em todo Brasil, portanto, é possível construir uma escola pública democrática, com seus usuários participando ativamente dessa construção, rompendo a centralização do poder presente no interior da escola pública. (PARANÁ, 2007, p.21)

Para que o trabalho coletivo aconteça é preciso romper aquela estrutura hierarquizada das escolas e pensar em uma escola democrática, onde as relações entre os segmentos da comunidade escolar ocorra na horizontalidade, com todos podendo dar sua contribuição de forma a objetivar a aprendizagem significativa do aluno.

Contudo, essa aprendizagem só será significativa para o aluno da EJA se ele se sentir parte do processo educativo com uma participação efetiva. Desse modo:

Se queremos uma escola transformadora, precisamos transformar a escola que temos aí. E a transformação dessa escola passa necessariamente por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras. É nesse sentido que precisam ser transformados o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola. (PARO, 2008, p. 10)

De acordo com o referenciado acima, nós educadores não podemos ficar alheios ao alto índice de evasão na EJA. No desenvolver de nosso trabalho é preciso mostrarmos aos alunos o valor da escola. Que com o estudo eles conseguirão se tornar sujeitos capazes de compreender o meio em que vivem e de transformá-lo, construindo uma sociedade mais justa e igualitária.

## **CONSTRUINDO ESTRATÉGIAS PARA AMENIZAR A EVASÃO ESCOLAR NO CEEBJA MANDAGUAÇU**

A proposta de implementação foi realizada no CEEBJA Mandaguaçu-PR, iniciando-se com um levantamento junto à secretaria da escola, sobre os índices de evasão dos anos de 2013, 2014 e 2015, e os nomes dos alunos evadidos em 2016.

De posse desses nomes realizou-se entrevistas por amostragem, com os evadidos dos três turnos da escola, com o objetivo de conhecer os motivos que os levaram a desistir dos estudos mais uma vez. Com as entrevistas foi possível saber que a maior parte dos alunos se evade da escola por fatores sociais, portanto os profissionais da escola não podem ficar alheios a essa situação.

Com isso, nos questionamos sobre como um trabalho coletivo dos profissionais da escola pode auxiliar na permanência desses alunos na escola, fazendo com que esses alunos sintam a escola mais significativa em sua vida.

Assim, foi elaborado um material em formato de Unidade Didática, com atividades para serem implementadas com os alunos com o propósito de conhecer os anseios dos mesmos em relação à escola e estudos sobre a problemática evasão escolar na EJA, gestão democrática e trabalho coletivo com os profissionais do CEEBJA Mandaguacu com o objetivo de construirmos juntos, ações coletivas de combate à evasão escolar nesta Instituição Escolar.

A implementação dessas atividades foi realizada da seguinte maneira:

- 1- encontro com os alunos: realização de uma dinâmica, com o objetivo de conhecer sua vida escolar e seus anseios em relação à escola;
- 2- curso com os profissionais da escola, subdividido em 5 encontros de 4 horas cada.

A atividade realizada com os alunos aconteceu no período matutino, com alunos do Ensino Fundamental e Médio, com o objetivo de conhecer os motivos que fizeram os alunos a procurarem pela Educação de Jovens e Adultos e o que os levam a desistirem dos estudos novamente e saber o que eles esperam da escola, como subsídios para se trabalhar no curso com os profissionais da escola.

A professora PDE recebeu os alunos dando boas vindas e entregando cartões individuais que continham frases de incentivo ao estudo. Com todos acomodados, foi exibida em tela uma mensagem motivacional: : “EJA MOTIVACIONAL MARLEIDE DIAS”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YZFclJc4acq>. Acessado em 24 de nov. 2016.

Logo após a mensagem foi aberto um espaço para quem quisesse fazer algum comentário sobre a frase que recebeu ou a mensagem motivacional. Para que os objetivos dessa atividade fossem alcançados foi realizada a dinâmica “cada

metade”, onde cada participante recebeu uma figura pela metade devendo encontrar a outra pessoa que estava com a outra metade da sua figura, com os pares formados, os mesmos discutiram entre si sobre os motivos que fizeram parar de estudar no passado, porque escolheram retornar na EJA, porque desistem da EJA também. Essa discussão foi acompanhada e incentivada pela professora PDE, que foi passando nos grupos estimulando o diálogo com algumas questões que os levassem a refletir sobre a importância de se conciliar os estudos com as outras atividades de sua vida (trabalho, casa, filho, transporte entre outros).

Com a discussão em dupla encerrada, foi feito um grande grupo e socializados os diálogos, onde um relator anotou as informações que foram utilizadas no curso dos profissionais da escola.

O curso com os profissionais da escola aconteceu em 5 sábados, contando com a participação de 2 professoras pedagogas, 5 professoras, 3 agentes educacional II e 4 agentes educacional I.

O primeiro encontro tratou de dois pontos principais: a) finalidade do projeto de intervenção e b) Provocar a reflexão sobre o direito à educação aos que não tiveram acesso na idade própria, estabelecendo um paralelo entre LDB 9394/96, Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos do Estado do Paraná e o PPP da escola.

O item “a” teve a intenção de apresentar e discutir com os cursistas o que levou a professora PDE a trabalhar com o tema evasão escolar no seu projeto de intervenção na escola. Essa apresentação foi feita em power point, onde estava os principais itens do projeto.

No item “b” foi realizada a discussão sobre as bases legais da Educação de Jovens e Adultos. A discussão foi acontecendo conforme a legislação vigente foi sendo apresentada em power point, nesse momento a professora PDE, sempre que possível, provocava os participantes a refletir o porque, que mesmo com o direito à educação ser garantido por leis, o índice de evasão do CEEBJA Mandaguaçu é preocupante e se a escola está cumprindo seu papel de garantir o acesso e permanência a todos que fazem matrícula no CEEBJA Mandaguaçu.

O 2º encontro teve por finalidade apresentar os dados empíricos referentes ao índice de evasão da escola nos anos de 2013 a 2016 e das entrevistas realizadas com alunos evadidos em 2015 e 2016.

Segue abaixo alguns depoimentos dos alunos entrevistados:

--- *“Parei de estudar na 7ª série porque queria trabalhar para ter dinheiro para sair nos finais de semana, para meus pais esse fato foi indiferente. Retornei a estudar em 2015 por influência de minha esposa, porém não consigo permanecer na escola e concluir meus estudos por causa do horário do meu trabalho e também sinto dificuldade de ficar na sala com a indisciplinas dos alunos mais novos.” (aluno A.S., 34 anos)*

----*“Apesar de meus serem contra, parei de estudar na 8ª série por causa de uma gravidez e fiquei 15 anos fora da escola. Retornei a estudar depois de ficar 15 anos fora da escola, desde então começo e paro apesar de não ter problema com de conciliar meu trabalho e a escola. Tenho vontade de estudar porque sinto vergonha de conversar e não saber argumentar, porém sou acomodada e sem iniciativa e também acho as aulas muito paradas, me lembra de quando estudava no passado.” (aluna S.R., 37 anos)*

--- *“Entrei atrasado na escola, estudei até o 4º ano, mas precisei parar de estudar porque morava no sítio e não tinha transporte para ir na escola na cidade. Para meus pais isso foi normal. Voltei a estudar no ensino regular no ano de 2000 mas tive que parar por causa do trabalho. Hoje estudo mas não sou um aluno que vem à escola regularmente também por causa do trabalho, mas preferi ir estudando devagar do que desistir novamente.” (aluno E.V, 54 anos)*

---- *“Parei de estudar porque faltava muito nas aulas para ajudar minha mãe a cuidar dos meus irmãos mais novos. E quando ia na escola os professores me chamavam a atenção por causa das faltas e eu ficava com vergonha. Voltei a estudar porque minha madrinha estava me incentivando a ir para faculdade. Mas não me adaptei no CEEBJA, acho que no atendimento individual o professor finge que ensina e os alunos fingem que aprendem.” (aluna J.I.T., 17 anos)*

Diante do exposto acima houve uma rica discussão sobre o papel e a importância da escola na vida dos alunos que retornam aos estudos na modalidade EJA. Logo após, foi realizada a mesma dinâmica que se realizou com os alunos “cara metade”, com o objetivo de que eles discutissem em dupla os depoimentos dos alunos entrevistados. Depois formou-se novamente o grande grupo para a socialização das discussões, onde foram apontadas as fragilidades e

potencialidades da escola para enfrentar a evasão escolar e o que cada um pode fazer para contribuir com a diminuição dessa problemática.

O 3º encontro teve como intenção conceituar gestão democrática e trabalho coletivo na escola, para à partir daí construirmos uma proposta de trabalho coletivo para se combater o alto índice de evasão enfrentado pela escola.

Começamos questionando os cursistas sobre o que eles sabiam em relação à gestão democrática e trabalho coletivo. Apesar de darem respostas simples, todos tem noção do seria na prática uma gestão democrática dentro da escola e que isso facilitaria a construção de um trabalho coletivo, onde todos se sintam engajados e responsáveis pelas ações desenvolvidas na escola. Após essa discussão o grupo foi dividido em 2 menores, onde cada um ficou responsável pela leitura e discussão de um texto.

O grupo 1 ficou com o texto “**Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação.**” De João Ferreira de Oliveira, de acordo com o texto o grupo respondeu a seguinte pergunta, “De acordo com o texto, qual o conceito de gestão democrática? Faça uma relação com o que responderam antes da leitura do, o conceito contido no texto e a realidade da escola”. E o grupo 2 discutiu o texto “**O trabalho dos professores em contextos de gestão escolar**”, de Liliana Ferreira, para responder à pergunta, “Qual a relação existente entre a gestão escolar e o trabalho do professor? Relacione com o cotidiano da escola.” No grande grupo houve a socialização das discussões, onde os cursistas fizeram uma relação com a realidade do CEEBJA Mandaguaçu.

O 4º encontro teve por objetivo que os cursistas compreendessem a importância do trabalho coletivo, pautado nos princípios da gestão democrática, para que a escola tenha uma boa organização e que eles repensassem a sua prática profissional dentro de uma perspectiva do trabalho coletivo. Foi exibida aos cursistas uma mensagem de animação sobre trabalho coletivo e logo após foi exibido o filme “Formiguinha Z” que mostra a importância do envolvimento de todos em prol de um objetivo comum.

Logo após o filme foram formados 3 grupos para que se discutissem a mensagem e o filme fazendo uma analogia com a realidade da escola e a viabilidade de se construir uma proposta de trabalho coletivo, com o envolvimento de todos os segmentos da escola para se combater, ou pelo

menos diminuir a evasão escolar no CEEBJA Mandaguaçu. Esse encontro foi encerrado com discussão no grande grupo e com a proposta da professora PDE de que todos trouxessem para o próximo encontro ideias de estratégias de combate à evasão.

O 5º encontro foi voltado à construção de estratégias coletivas de combate à evasão. Foram feitos 4 grupos, onde cada grupo teve representantes de todos os segmentos da escola, para que fosse realizada a leitura de uma parte (pag 93 a 106) da dissertação “Evasão e permanência na EJA: por um trabalho de qualidade na gestão de uma escola da rede municipal de Belo Horizonte” de Roselita Soares de Faria. E trouxessem para socializar no grande grupo, algumas propostas de combate à evasão.

Com a discussão no grande grupo foram elaboradas propostas de combate à evasão do CEEBJA Mandaguaçu que seguem abaixo esquematizadas no quadro 1:

#### QUADRO 1: AÇÕES DE COMBATE À EVASÃO ESCOLAR

AÇÕES	RESPONSÁVEIS	QUANDO
1 Fazer parcerias com empresas locais para oportunizar os estudos dos trabalhadores	Equipe diretiva, equipe pedagógica e professores	Durante todo o ano letivo
2 - Acolhimento e apoio entre professor e alunos; - Manter conversas periódicas com os alunos para conhecer suas expectativas e dificuldades em relação à escola.	Agentes educacionais I e II; Equipe pedagógica; e Professores	-No ato da matrícula; - No cronograma do aluno; e - durante todo o ano letivo
3 - Convidar ex-alunos que foram para o ensino superior para dar testemunho da	Equipe diretiva e equipe pedagógica	No início dos semestres

importância dos estudos		
4 - Ligar para alunos que apresentarem 3 faltas consecutivas	Professores e equipe pedagógica	A partir do mês de abril
5 - Campeonatos esportivos que se encerram no final do ano letivo ( para participar os alunos deverão ser assíduos)	- Equipe diretiva e professores	Início do ano letivo
6 Show de talentos	Todo o coletivo da escola	Segundo semestre

A ação 1 foi pensada para atender a grande demanda de alunos que param de estudar por causa do trabalho, estabelecendo uma parceria com as empresas, poderíamos juntos, escola e empresa chegar a um consenso para que o aluno concilie estudo e trabalho.

Na ação 2 foi elaborado um questionário para que o aluno responda no momento que seu cronograma é feito pela equipe pedagógica, para que professores e equipe pedagógica conheçam quais as expectativas que o aluno tem em relação à escola. E os agentes I e II, por meio de conversas informais com os alunos conheçam mais de sua vida particular.

Para a ação 4 será elaborada uma ficha para que os professores preencham com os nomes dos alunos faltosos e passam para a equipe pedagógica. Nesta mesma ficha terá um espaço para se colocar a data do contato com o aluno, o motivo de suas faltas , previsão de retorno à escola e será devolvida ao professor.

Essas propostas de ação serão avaliadas em reuniões pedagógicas ou em outro momento oportuno e reestruturadas conforme necessidades levantadas.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi muito relevante porque tínhamos no início a intenção de investigar a evasão escolar no CEEBJA Mandaguauçu a fim de obter subsídios para diminuir o índice dessa problemática, e hoje isto é uma realidade. Visto que as entrevistas com os alunos evadidos e a atividade realizada com os alunos no início do ano de 2017 nos propiciou dados importantes para serem trabalhados com os profissionais da escola no curso de formação continuada ofertado como implementação do Projeto de Intervenção “Evasão Escolar na EJA: Identificação das causas como estratégia de combate à essa problemática”.

Os objetivos específicos foram alcançados, uma vez que no processo de formação continuada, os participantes se envolveram e procuraram sistematizar o conhecimento, o que se comprovou na importância que deram aos estudos teóricos sobre gestão democrática e trabalho coletivo na escola e quando se mostraram preocupados e sensibilizados com o índice de evasão do CEEBJA Mandaguauçu. Verificou-se que os cursistas assimilaram que, apesar do direito à educação estar garantido em leis nacionais, muitos alunos não conseguem permanecer ou mesmo ter acesso à escola.

A partir dessa formação, os cursistas também compreenderam que a evasão pode ser ocasionada por vários fatores, inclusive sociais, que estão fora dos muros da escola, portanto eles não podem ficar alheios a essa problemática enfrentada pela escola, sendo assim, a escola deve oferecer um ensino significativo aos alunos. E que isso se torna possível com o envolvimento de todos os profissionais da escola na efetivação de um trabalho coletivo.

Desta forma, foi possível elaborar propostas de ações de combate à evasão, onde todos os profissionais da escola tem seu importante papel para que essa proposta se concretize.

Concluiu-se que as ações de combate à evasão são medidas pedagógicas e administrativas de caráter prático para a permanência e/ou retorno dos alunos na modalidade EJA. Que o envolvimento de todos os profissionais da escola nas realizações dessas ações é de extrema importância para que se consiga diminuir o índice da evasão escolar no CEEBJA Mandaguauçu.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria A.; GOMES, Nilma L. **Diálogos na educação de jovens e adultos**. 1 ed. Belo Horizonte, MG, Autêntica, 2005, p.19-50

BRASIL. **Constituição Federal de 1934**. Disponível em:<  
<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10616954/artigo-150-da-constituicao-federal-de-16-de-julho-de-1934>> Acesso em 04 de jun 2016.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em:<  
<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10650040/artigo-208-da-constituicao-federal-de-1988>>. Acesso em 04 de jun 2016.

\_\_\_\_\_. MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em:<  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192)> Acesso em 13 de jun 2016.

\_\_\_\_\_. MEC. **Plano Nacional da Educação-Lei Nº 13.005/2014**. Disponível em:<  
[http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf)> Acesso em 09 de jun 2016.

\_\_\_\_\_. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em:<  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)> Acesso em 06 de jun 2016.

DIAS, Marleide. **EJA Motivacional**. Vídeo disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=YZFclJc4acq>. Acesso em 24 de nov. 2016.

ESPÍNDOLA, Ariane. **Trabalho em equipe, Liderança e Motivação**. Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9nmHMjZV6Vk>. Acessado em 11 de nov. 2016.

FARIA, Roselita Soares de. **Evasão e Permanência na EJA: Por um Trabalho de Qualidade na Gestão de uma Escola da Rede Municipal de Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública)- Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2013. Disponível em:  
<http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2014/03/dissertacao-2011-roselita-soares-de-faria.pdf>. Acesso em 14 de jul. de 2016

FÁVERO, Osmar. Lições da história: avanços de sessenta anos e a relação com as políticas de negação de direitos que alimentam as condições de analfabetismo no Brasil. In: OLIVEIRA, I.B.; PAIVA J. (orgs.) **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

FERREIRA, Liliana. **O trabalho dos professores em contextos de gestão escolar**". Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/374/37417089005.pdf>. Acessado em 22 de nov. 2016.

FORMIGUINHZ. Direção Eric Darnell. Produção DreamWorks.1998. Disponível em: <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=412>. Acessado em 01 de nov. 2016.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LOPES, Selma P.; SOUSA, Luiza S. **EJA: Uma Educação Possível ou Mera Utopia?**. Disponível em: < <http://forumeja.org.br/ac/book/export/html/61> > Acesso em: 20 de jun. 2016.

OLIVEIRA, J.F. de; MORAES, K. N. de; DOURADOS, L. F. **Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação**. Disponível em: [http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala\\_politica\\_gestao\\_escolar/pdf/texto2\\_1.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_1.pdf). Acessado em 05 de dez. 2016.

PARANÁ. Seed. **Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce\\_eja.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_eja.pdf)> Acessado em 14 de jul 2016

\_\_\_\_\_. Seed. **O trabalho coletivo na rotina escolar e a construção do projeto político-pedagógico**. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/638-4.pdf>> Acesso em 14 de jul 2016.

\_\_\_\_\_. Seed. **Plano Estadual da Educação do estado do Paraná, Lei nº 18.492/2015**. Disponível em:< [http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/PEE/Anexo\\_18492.pdf](http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/PEE/Anexo_18492.pdf)> Acesso em 04 de jun 2016.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática na escola pública**.3 ed. São Paulo: Ática, 2008.